



**CARTA ANUAL DE GOVERNANÇA
CORPORATIVA E POLÍTICAS
PÚBLICAS**

SC Parcerias e Participações S.A.

2022

Ano base 2021

APRESENTAÇÃO: CARTA ANUAL DE GOVERNANÇA CORPORATIVA E POLÍTICAS PÚBLICAS

Em conformidade com a Lei 13.303, de 30 de junho de 2016, Artigo 8º, incisos I e III, foi elaborada a presente Carta Anual, subscrita pelos membros do Conselho de Administração e da Diretoria Executiva. A Carta contempla a explicitação dos compromissos de consecução de objetivos de políticas públicas da empresa SC Participações e Parcerias S.A. em atendimento ao interesse coletivo que justificou a autorização para a sua criação, com definição clara dos recursos a serem empregados para esse fim, bem como a divulgação de informações relevantes, em especial as relativas a atividades desenvolvidas, estrutura de controle, fatores de risco, dados econômico financeiros, comentários dos administradores sobre o desempenho, políticas e práticas de governança corporativa e descrição da composição e da remuneração da administração. Essas informações, referente ao ano base de 2021, estão detalhadas a seguir.

ÍNDICE:

APRESENTAÇÃO: CARTA ANUAL DE GOVERNANÇA CORPORATIVA E POLÍTICAS PÚBLICAS	2
ÍNDICE	3
1 APRESENTAÇÃO DA EMPRESA	4
1.1 INTERESSE PÚBLICO	5
1.2 ATIVIDADES E POLÍTICAS PÚBLICAS	5
2 GOVERNANÇA CORPORATIVA	8
2.1 POLÍTICAS E PRÁTICAS DE GOVERNANÇA CORPORATIVA	8
2.2 ATIVIDADES DESENVOLVIDAS	9
2.2.1 Produtos e serviços comercializados	9
2.2.2 Receita e lucro por segmento	13
2.3 DADOS ECONÔMICO-FINANCEIROS	15
2.3.1 Demonstrações Financeiras	15
2.3.2 Execução do Orçamento Operacional previsto no Plano Anual de Negócios	15
2.4 DESCRIÇÃO DA COMPOSIÇÃO E DA REMUNERAÇÃO DA ADMINISTRAÇÃO	16
2.5 FATORES DE RISCO, ESTRUTURA DE CONTROLES INTERNOS E GERENCIAMENTO DE RISCO	19
2.5.1 Matriz de riscos	19
REFERÊNCIAS	21

1. APRESENTAÇÃO DA EMPRESA

Quadro 01 - Apresentação da SCPAR.

Identificação Geral	SC Participações e Parcerias S.A. - SCPAR
CNPJ:	07.293.552/0001-84
Endereço	Rodovia SC 401 - km. 5, nº 4.600 – bloco 4, 2º piso, Saco Grande, Florianópolis – SC
Tipo Estatal:	Sociedade de Economia Mista
Acionista Controlador:	Estado de Santa Catarina
Tipo societário:	Sociedade Anônima
Tipo de Capital:	Capital Fechado
Abrangência de Atuação:	Nacional
Diretor de Gestão e Finanças:	Jeferson Machado
Auditores Independentes atuais da empresa:	VGA Auditores Independentes SS
Conselheiros Fiscais atuais da empresa:	Giglione Edite Zanela Maia João José Pereira Cavallazi Luiz Felipe Ferreira
Administradores	Presidente: Décio Augusto Bacedo de Vargas Vice-presidente: Vladimir Arthur Fey Ricardo Moritz Gisele de Faria Renata de Arruda Fett Largura Casemiro Tércio dos Reis Lima Carvalho Deivisson Assis Perera Marcelo Werner Salles Mário Povia Diretor Presidente: Ricardo Moritz Diretor: Jeferson Machado Diretor: Carlos Magno
Data da Divulgação Demonstrações Financeiras do Ano de 2021:	28/04/2022

1.1 INTERESSE PÚBLICO

A SCPAR é uma empresa de Economia Mista que atua no apoio à geração de investimentos no Estado de Santa Catarina com foco no setor portuário, onde detém o controle dos portos delegados de Imbituba, São Francisco do Sul e a gestão direta do Porto de Laguna, desenvolvendo neste último a função de Autoridade Portuária. Outra atividade da empresa, desenvolvida até o ano de 2021, é o apoio operacional na estruturação de projetos do Programa de Parcerias e Investimentos do Estado de Santa Catarina (PPI-SC). Dessa forma, contribui diretamente para o desenvolvimento econômico e social catarinense.

O interesse público subjacente às atividades desenvolvidas pela Companhia está retratado em seus elementos estratégicos, especialmente nos seus valores norteadores, a saber:

- Excelência nos serviços;
- Zelo pelos ativos públicos;
- Foco em resultados;
- Valorização dos colaboradores;
- Gestão transparente.

1.2 ATIVIDADES E POLÍTICAS PÚBLICAS

De forma a contribuir com as políticas públicas do Estado de Santa Catarina, assim como do Governo Federal, a SCPAR tem como objeto social, conforme descrito no Art. 4º de seu Estatuto Social:

- I. Promover a geração de investimentos no território catarinense;
- II. Promover e executar programa de parcerias e investimentos do Estado;
- III. Comprar e vender participações acionárias, podendo constituir empresas com ou sem propósito específico, firmar parcerias e participar do capital de outras empresas públicas ou privadas; e
- IV. Desenvolver e gerenciar projetos estratégicos de Governo.

E para cumprir os objetivos expressos acima, a Companhia poderá, de acordo com Art. 5º de seu Estatuto Social:

Estruturar ou participar de operações de mercado financeiro e de capitais, bem como outras modalidades de negócio que visem à promoção de investimentos, entre outros, em:

- I - aeroportos, inclusive seus acessos;
- II - educação, saúde, segurança pública e turismo;
- III - empreendimentos imobiliários e habitacionais;
- IV - geração e transmissão de energia;
- V - logística de todos os modais;
- VI - parques tecnológicos de inovação, ciência e tecnologia;
- VII - portos, marinas e obras costeiras;

- VIII - rodovias;
- IX - saneamento básico;
- X - sistemas de mobilidade urbana; e
- XI - telecomunicações, transmissão de dados e tecnologia da informação.

A empresa poderá ainda:

- I - celebrar com a Administração Pública Direta e Indireta os contratos que tenham por objeto: a) a elaboração de estudos técnicos, projetos, prestação de serviços; b) a locação ou promessa de locação, arrendamento, cessão ou permissão de uso ou outra modalidade onerosa de alienação de ativos, equipamentos, instalações ou outros bens, vinculados ou não a projetos de parcerias público-privadas, de concessão ou de permissão;
- II - assumir, total ou parcialmente, direitos e obrigações decorrentes dos contratos de que trata o inciso I deste artigo;
- III - contratar a aquisição de instalações e equipamentos, bem como a sua construção ou reforma, pelo regime de empreitada, para pagamento a prazo, que poderá ter início após a conclusão das obras, observada a legislação pertinente;
- IV - contratar com a Administração Direta e Indireta do Estado locação ou promessa de locação, arrendamento, cessão de uso ou outra modalidade onerosa, de instalações e equipamentos ou outros bens integrantes de seu patrimônio;
- V - contrair empréstimos e emitir títulos, nos termos da legislação em vigor;
- VI - emitir e distribuir valores mobiliários, de acordo com as normas estabelecidas pela Comissão de Valores Mobiliários;
- VII - prestar garantias reais, fidejussórias e contratar seguros;
- VIII - explorar, gravar e alienar onerosamente os bens integrantes de seu patrimônio;
- IX - contratar serviços de terceiros e celebrar contratos e convênios com órgãos e entidades da Administração Pública Estadual, Federal e Municipal, bem como com organismos de fomento multilaterais e do terceiro setor;
- X - integralizar cotas em fundos de qualquer natureza; e
- XI - exercer outras atividades inerentes às suas finalidades.

Em face de decisões estratégicas tomadas pelo Governo do Estado de Santa Catarina e da revogação dos objetivos de “promover a geração de investimentos no Território do Estado, fortalecendo a interação entre ele e a iniciativa privada, por meio da celebração de contratos nos regimes de parcerias público-privadas” e “promover e executar programa de parcerias e investimentos do Estado” conforme a Lei Complementar Estadual nº 789/2021, a partir de 2022 tais competências não serão escopo de atuação da empresa, que terá seu direcionamento focado na eficácia da gestão portuária dos portos delegados ao Estado. Não obstante, o Estatuto Social da empresa será alterado a fim de contemplar a nova situação.

Em relação às participações acionárias, a SCPAR vai concentrar sua atuação em empresas do segmento da gestão portuária, razão pela qual se vislumbra o desinvestimento na Companhia de Águas e Saneamento de Santa Catarina – CASAN, já iniciado em 2021, bem como no Sapiens Parque.

A atuação da empresa no segmento portuário tem como objetivo principal garantir a operação contínua dos Portos Delegados ao Estado, mantendo a qualidade dos serviços para que tenham condições de competitividade frente ao mercado. Para tanto, a SCPAR tem a transversalidade como estratégia conceitual e operacional, incorporando visões multifacetadas dos problemas para abarcar novas perspectivas e propor soluções.

A SCPAR conta com recursos próprios e receitas advindas dos serviços portuários, sendo que referidas receitas portuárias são reinvestidas na atividade portuária, em conformidade com os termos de delegação.

Em relação à área de atuação de desestatização, os projetos desenvolvidos incluem as parcerias público-privadas previstas na Lei 11.079/2004, as concessões regulamentadas pela Lei 8.987/1995, as privatizações e demais alienações de ativos. Coube à companhia o apoio operacional na realização dos estudos técnicos e jurídicos, bem como a modelagem dos processos de desestatização. Com esta atribuição a SCPAR reafirmou seu objetivo de trabalhar lado a lado com as Secretarias de Estado, Autarquias, Empresas Públicas e de Economia Mista, assim como com a iniciativa privada, para elevar a competitividade, gerar riquezas e melhorar a vida da população catarinense.

Como fonte de recursos para a atuação na área de desestatização a SCPAR receberá, para cada projeto, valores de ressarcimento por custos operacionais referentes ao assessoramento técnico especializado, conforme disciplina o parágrafo 4º do art. 6º do Decreto Estadual 468, de 13 de fevereiro de 2020.

2. GOVERNANÇA CORPORATIVA

2.1 POLÍTICAS E PRÁTICAS DE GOVERNANÇA CORPORATIVA

A SCPAR está constantemente aprimorando suas práticas de Governança Corporativa, Compliance e Gestão de Riscos, especialmente após o advento da Lei Federal nº 13.303 de 2016, conhecida como a Lei das Estatais, que trouxe maior profissionalismo para a gestão pública. Para tanto, a empresa contempla em seu Planejamento Estratégico um objetivo vinculado ao aperfeiçoamento da governança corporativa do Grupo, alinhado com a métrica de Governança Corporativa do Instituto Brasileiro de Governança Corporativa (IBGC).

Ênfase para a participação da empresa no Programa de Integridade e Governança da Secretaria Executiva de Integridade e Governança do Estado de Santa Catarina, hoje vinculada à Controladoria Geral do Estado – CGE, que a partir de um formulário preenchido pelas áreas, apresentou um Mapa Prévio de Riscos, onde de forma concisa e objetiva, apresenta uma visão preliminar, sobre o nível dos riscos identificados, sua divisão em categorias, as principais fontes e causas, bem como os possíveis impactos e consequências para a organização, caso venham a ocorrer.

Em 2021 melhorias na estrutura organizacional foram realizadas, dentre elas destacamos criação da Secretaria de Governança Corporativa e do Comitê de Auditoria Estatutário Conglomerado, este último para atender não somente à SCPAR, mas também as demandas dos Portos, constituindo assim uma visão global do grupo econômico. O CAE conglomerado atua em todas as empresas e está subordinado hierarquicamente ao Conselho de Administração de cada empresa, trazendo maior eficiência, segurança jurídica, uniformidade do ponto de vista de *Compliance*, controle e gestão de riscos, além de mentoria qualificada para apoio aos CONSAD's.

As boas práticas de governança corporativa incluem, ainda, a aplicação de um regulamento de licitações e contratos, disponível ao público interno e externo, para orientar e normatizar a forma de atuação da empresa perante suas contratações, e de um Comitê de Elegibilidade para atuar preventivamente no que tange ao cumprimento das obrigações mínimas do perfil de seus administradores e conselheiros fiscais no cumprimento das exigências previstas na Lei 13.303/2016. A empresa também aprimorou seus métodos de transparência, com a divulgação ao público externo da integralidade de informações relativas às licitações, contratos, demonstrativos financeiros, dentre outros.

Ainda em 2021, instaurou-se uma Comissão mista composta por membros da SCPAR Holding, SCPAR Porto de Imbituba e SCPAR Porto de São Francisco do Sul, com o objetivo de criar o Regimento Interno de cada empresa, trabalho iniciado já em 2021 e concluído em 2022. Atualmente, as propostas passam pelas instâncias internas de validação.

A SCPAR também possui um Código de Conduta e Integridade para orientar todos os colaboradores e gestores a atuarem com uma compreensão clara dos valores a serem seguidos no âmbito de atuação dos negócios da empresa, trazendo orientações para o comportamento pessoal e profissional sobre a prevenção de conflito de interesses e vedação de atos de corrupção e fraude.

Por fim, a Auditoria Interna foi exercida em paralelo com as atividades de Controle Interno. Essa sobreposição impactou o pleno desempenho das ações planejadas. Em síntese, foram desenvolvidas duas auditorias no Terminal Pesqueiro Porto Organizado de Laguna, colaboração com o “PROGRAMA NACIONAL DE PREVENÇÃO À CORRUPÇÃO, Sistema e-Prevenção”, uma plataforma organizada pela *Rede Controle de Gestão Pública, para auxiliar as organizações públicas a diagnosticarem sua suscetibilidade à corrupção e a melhorarem seus sistemas institucionais de prevenção e envio de dados online ao e-Sfinge, onde foram realizados trabalhos de conformidade das licitações realizadas, com escopo nas exigências do TCE como pré-Publicação, Publicação, Homologação.

2.2 ATIVIDADES DESENVOLVIDAS

O quadro a seguir demonstra as atividades desenvolvidas pela SCPAR, bem como seus principais clientes.

Quadro 2 – Serviços SCPAR

SERVIÇOS	DESCRIÇÃO DO SERVIÇO	PRINCIPAIS CLIENTES
Participações Acionárias	Atuação nas empresas investidas, por meio da participação nos Conselhos de Administração, com o direcionamento estratégico, adotando regras de estruturas e práticas de gestão de riscos e controle interno.	SCPAP Porto de Imbituba S.A. SCPAP Porto de São Francisco do Sul S.A. Sapiens Parque S.A. CASAN S.A. TAC - Motors Automotiva Catarinense S.A. Fundo SC-FIP Capital Semente Inovação
Estruturação de projetos de desestatização	Apoio operacional no desenvolvimento e gerenciamento de projetos de desestatização, contemplando as parcerias público-privadas (PPPs), previstas na Lei 11.079/2004, as concessões regulamentadas pela Lei 8.987/1995, as privatizações e demais alienações de ativos do Estado de Santa Catarina, onde são realizados estudos técnicos e jurídicos, bem como a modelagem dos processos de desestatização.	Secretarias de Estado e órgãos da administração direta e indireta do Governo de Santa Catarina.
Gestão Portuária	Apoio na modernização das práticas de gestão e na administração dos empreendimentos portuários, com vistas a garantir sua eficiência. Operação direta de empreendimento portuário.	SCPAP Porto de Imbituba S.A. SCPAP Porto de São Francisco do Sul S.A. SCPAP Porto de Laguna

2.3 DADOS ECONÔMICO-FINANCEIROS

2.3.1 Desempenho das Subsidiárias e Filial (SCPAP Porto de São Francisco do Sul, SCPAP Porto de Imbituba e SCPAP Porto de Laguna)

As subsidiárias da companhia, SCPAP Porto de Imbituba e SCPAP Porto de São Francisco do Sul, conquistaram integralmente um crescimento em relação ao ano anterior. O ano de 2021 consolidou as atividades portuárias em Imbituba, com a movimentação recorde na sua história: 6,9 milhões de toneladas. O fato representou um crescimento em torno de 20% em relação ao ano anterior. A SCPAP Porto de São Francisco do Sul também obteve resultados operacionais acima da média, alcançando marcas inéditas. A movimentação total ultrapassou a marca de 13,6 milhões de toneladas, representando a maior movimentação de carga da sua história, 14% acima da movimentação do ano anterior.

A eficiência nas operações do Porto de São Francisco do Sul possibilitou que 460 navios atracassem em 2021, representando assim um crescimento de 11,4% em comparação com 2020. O Porto registrou o maior volume da história na importação de insumos para a produção siderúrgica e fertilizantes, a movimentação de bobinas e barras de aço obteve um aumento de 72% em relação a 2020 e a importação de fertilizantes

passou de 2 milhões para 2,5 milhões de toneladas em 2021, gerando um acréscimo de 25%.

No aspecto econômico-financeiro, a SCPAR Porto de Imbituba S.A, encerrou o ano de 2021 com um lucro líquido de R\$12.882.258,38, representando um aumento significativo de 24% se comparado aos números registrados no ano anterior. A Receita Operacional Líquida apresentou crescimento de 23% em relação ao ano de 2020, registrando a quantia total de R\$ 62,5 milhões no ano de 2021.

A SCPAR Porto de São Francisco do Sul, por sua vez, encerrou o ano de 2021 com prejuízo de R \$21,9 milhões. O fator que contribuiu para a queda do lucro foi a contratação do serviço de dragagem de manutenção, na ordem de R \$41,7 milhões. investimento necessário para o desassoreamento do canal interno, externo (numa extensão de 17 quilômetros) e dos berços de atracação. O Projeto Básico da Dragagem de Manutenção ofereceu mais segurança e eficiência na entrada, saída e movimentação de grandes navios no complexo portuário. Para se ter uma idéia da envergadura desta obra, foram retirados mais de 2,2 milhões de metros cúbicos de sedimentos, o equivalente à capacidade de 150 mil caminhões de areia. Apesar do porte da obra permitir o tratamento do dispêndio como investimento, conforme resolução nº 61 de 2021 da ANTAQ, este foi contabilizado como custeio operacional conforme orientação técnica contida no Art 3º da Resolução nº 49 de 2021 da ANTAQ, refletindo diretamente no resultado da companhia.

Por fim, a filial Porto de Laguna, assumida pela SCPAR em 16/10/2019, em 2021, obteve uma movimentação de 4,4 toneladas de pescados descarregados. Os dados traduzem uma queda de 43% do volume de comparado ao ano anterior. O cenário atípico, que refletiu na baixa movimentação, foi causado por condições desfavoráveis de localização e volume de estoque pesqueiro somado ao assoreamento do cais de descarga. No mesmo período, foram atendidas 475 embarcações, número bem superior ao ano de 2019, o que reforça o entendimento de que o estoque pesqueiro não estava no litoral sul de Santa Catarina ou que as condições climáticas não foram favoráveis.

As atividades de fornecimento de água para as embarcações, arrendamento da Fábrica de gelo e do Posto de Gasolina e as atividades de atracação e descarga, fizeram com o que o Porto auferisse uma receita de R\$1,1 milhão. No entanto, os gastos operacionais atingiram o montante de R\$2,7 milhões, fazendo com que o porto de Laguna incorresse num prejuízo de aproximadamente R\$1,7 milhões no ano de 2021.

2.3.2 Desempenho SCPAR

No exercício de 2021 a SCPAR apresentou Lucro de R\$17,7 milhões, ante um resultado negativo de R\$17,8 milhões em 2020. Este lucro é decorrente do resultado positivo da equivalência patrimonial nas investidas Sapiens Parque e CASAN, cujos valores montam em R\$3,9 milhões e 17,5 respectivamente.

No que diz respeito aos portos de Imbituba e São Francisco do Sul, a empresa tem direito a receber os dividendos obrigatórios das controladas. Contudo, por força do

contrato de Delegação da administração dos portos, a SCPAR necessita reinvestir essa receita em atividades/estruturas/demandas exclusivas destes portos. Após a apuração de resultados dos portos referente ao ano de 2020, a SCPAR deverá receber, a título de dividendos, o valor de R\$3.220.564,5 da SCPAR Porto de Imbituba, sendo que a SCPAR Porto de São Francisco do Sul não distribuirá dividendo devido ao resultado negativo da companhia.

A filial SCPAR Porto de Laguna, apesar de apurar receita no valor de R\$1,1 milhões, apresentou resultado negativo de R\$1,7 milhões devido à necessidade de investimentos e custeio operacional.

Quanto às participações acionárias, um fato relevante foi a redução do capital social por excesso por meio da devolução das 133.017.850 (cento e trinta e três milhões, dezessete mil, oitocentos e cinquenta) ações, que a SCPAR possui junto à CASAN, ao acionista Estado de Santa Catarina, realizado em 29/09/2021.

O Sapiens Parque S.A. apresentou um lucro líquido de R\$ 8,7 milhões, superior ao de 2020, que havia sido de R\$ 2,7 milhões. O resultado positivo foi refletido na equivalência patrimonial apontada nas demonstrações contábeis da companhia.

A SCPAR também possui participações acionárias na TAC Tecnologia Automotiva Catarinense, cujo valor importa em R\$6,2 milhões; na Rossin Automotiva S/A, com valor de R\$2,5 milhões; e na Proeza Automotiva S.A., cujo valor importa em R\$0,4 milhões. As referidas participações acionárias foram provisionadas como perda na realização de participações no valor total de R\$9,1 milhões, e que foram interpostas ações judiciais na 3ª Vara Cível da Capital, da SCPAR contra as empresas, com vistas à recuperação das perdas apontadas.

As atividades desenvolvidas junto à investida INVESC não provem receitas a SCPAR.

Outros ingressos financeiros da empresa foram decorrentes de investimentos avaliados pelo patrimônio líquido e receita financeira, conforme tabela abaixo.

Tabela 1 – Investimentos e Receitas recebidos/à receber referente ao ano 2021

Investimentos	Retorno de investimento ou Receita (R\$)	Percentual do ingresso financeiro total (%)
Participações acionárias - Dividendos		
SCPAR Porto de Imbituba S.A.	3.220.564,50	48,42%
SCPAR Porto de São Francisco do Sul S.A.	0,00	
Subtotal	3.220.564,50	48,42%
Receita Operacional		
SCPAR Porto de Laguna	1.182.635,12	17,78%
Subtotal	1.182.635,12	17,78%
Receita financeira		
Aplicações financeiras	1.921.274,23	28,89%
Juros Auferidos	15.314,11	0,23%
Variação monetária ativa	285.928,07	4,30%
Rendimentos Fundo SC	25.739,47	0,39%
Subtotal	2.248.255,88	33,80%
TOTAL	6.651.455,50	100,00%

Fonte: elaborada pelos autores com base nas demonstrações contábeis da empresa

2.3.3 Demonstrações Financeiras (2021)

A SCPAR auferiu lucro de R\$17.781.852,10 no exercício de 2021, conforme se observa na **Tabela 2**. Tal resultado é decorrente principalmente devido ao resultado da equivalência patrimonial positiva decorrente das investidas Sapiens Parque e CASAN e da distribuição de dividendos do Porto de Imbituba.

Tabela 2 – Demonstração do Resultado do Exercício de 2021

	2021	2020
RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA	1.014.109,92	1.446.193,56
Prestação de serviços (nota 21)	1.182.635,12	1.686.523,24
(-) Im postos sobre serviços (nota 22)	(168.525,20)	(240.329,68)
CUSTOS DOS SERVIÇOS PRESTADOS	(875.761,74)	(555.901,93)
Custos dos Serviços	(875.761,74)	(555.901,93)
LUCRO BRUTO	138.348,18	890.291,63
DESPESAS OPERACIONAIS	(9.104.530,57)	(9.026.004,67)
Despesas Pessoal e Encargos (nota 23)	(5.300.090,35)	(5.372.849,96)
Despesas Gerais e Administrativas	(414.568,10)	(453.714,42)
Honorários da Administração, Conselhos e Encargos	(1.251.135,29)	(1.491.667,06)
Serviços de Terceiros (nota 24)	(2.104.068,31)	(1.651.097,84)
Depreciação	(34.668,52)	(56.675,39)
OUTROS RESULTADOS OPERACIONAIS	24.622.177,20	(10.656.155,99)
Resultado da Equivalência Patrimonial (nota 25)	21.461.413,51	(14.897.937,34)
Dividendos dos Portos	3.119.968,69	10.227.031,67
Convênio ref. Infraestrutura de Acesso aos Portos	-	(5.985.250,32)
Restituição de seguros	40.795,00	-
RESULTADOS ANTES DOS RESULTADOS FINANCEIROS	15.655.994,81	(18.791.869,03)
RESULTADO FINANCEIRO LÍQUIDO (nota 24)	2.125.857,29	916.909,80
RESULTADO OPERACIONAL LÍQUIDO ANTES DO IMPOSTO DE RENDA E DA CONTRIBUIÇÃO SOCIAL	17.781.852,10	(17.874.959,23)
Im posto de Renda Sobre Lucro (nota 25)	-	-
Contribuição Social Sobre Lucro (nota 25)	-	-
LUCRO/PREJUÍZO LÍQUIDO do EXERCÍCIO	17.781.852,10	(17.874.959,23)
Lucro/Prejuízo por Ação	0,07	(0,04)

As Notas Explicativas integram as Demonstrações Financeiras

2.3.4 Execução do Orçamento Operacional previsto no Plano Anual de Negócios (2021)

O orçamento de custeio e investimento, aprovado no âmbito do Conselho de administração, monta em R\$ 19.339.311,00 sendo que a Cia realizou apenas 52,49%, totalizando um montante de R\$ 10.151.611,38. Destaque para o orçamento de custeio que foi realizado 33,8% abaixo do orçado, conforme se observa na **Tabela 3**. Os investimentos previstos foram bastante impactados pela pandemia mundial, refletindo na realização desse orçamento.

Tabela 3 – Orçamento 2021

	Descrição	Previsão 2021	Realizado 2021
I	SALÁRIOS E ENCARGOS		
	PESSOAL	5.580.000,00	5.152.744,33
	ENCARGOS	4.759.100,00	1.398.481,31
	TOTAL DE SALÁRIOS E ENCARGOS	10.339.100,00	6.551.225,64
II	IMPOSTOS E TAXAS	223.173,00	122.407,08
	TOTAL DE IMPOSTOS E TAXAS	223.173,00	122.407,08
III	DESPESAS OPERACIONAIS	243.800,00	36.747,50
	TOTAL DE DESPESAS OPERACIONAIS	243.800,00	36.747,50
IV	DESPESAS ADMINISTRATIVAS	1.199.502,00	359.957,92
	TOTAL DAS DESP. ADMINISTRATIVAS	1.199.502,00	359.957,92
VI	PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS	3.197.496,00	2.979.830,05
	TOTAL PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS	3.197.496,00	2.979.830,05
VII	DESPESAS FINANCEIRAS	16.240,00	17854,19
	TOTAL DESP. FINANCEIRAS	16.240,00	17.854,19
	TOTAL ORÇAMENTO CUSTEIO	15.219.311,00	10.068.022,38
	TOTAL ORÇAMENTO DE INVESTIMENTOS	4.120.000,00	83.589,00
	TOTAL ORÇAMENTO GERAL	19.339.311,00	10.151.611,38

2.4 DESCRIÇÃO DA COMPOSIÇÃO E DA REMUNERAÇÃO DA ADMINISTRAÇÃO

Apresenta-se, a seguir, a descrição da composição e da remuneração da administração do exercício social de 2019, 2020 e 2021:

Quadro 3 – Remuneração 2021

Remuneração total prevista do Exercício Social corrente – 2021 – valores anuais				
	Diretoria Estatutária	Conselho de Administração	Conselho Fiscal	Comitê Auditoria Estatutário
a. Nº total de membros	3	7	2	1
b. Nº de membros remunerados	3	7	2	1
c.i. Remuneração fixa				
Salário ou pró-labore*	609.374,48	253.676,16	63.419,04	31.709,52
Benefícios diretos e indiretos*	47.316,00**	Não há	Não há	Não há
Participação em comitês	Não há	Não há	Não há	Não há
Outros	Não há	Não há	0,00***	Não há
Outras remunerações fixas	Não há	Não há	Não há	Não há
Valor da maior remuneração	19.428,14	2.642,46	2.642,46	2.642,46
Valor da menor remuneração	8.018,68	2.642,46	2.642,46	2.642,46
Valor médio da remuneração	13.723,41	2.642,46	2.642,46	2.642,46
c.ii. Remuneração variável				
Bônus	Não há	Não há	Não há	Não há
Participação de resultados	Não há	Não há	Não há	Não há
Participação em reuniões	Não há	Não há	Não há	Não há
Comissões	Não há	Não há	Não há	Não há
Outros	Não há	Não há	Não há	Não há
Outras remunerações variáveis	Não há	Não há	Não há	Não há
c.iii. Benefício Pós-emprego	Não há	Não há	Não há	Não há
c.iv. Cessação do cargo	Não há	Não há	Não há	Não há
c.v. Baseada em ações (incluindo opções)	Não há	Não há	Não há	Não há
d. Observações	Não há	Não há	Não há	Não há
e. Total da Remuneração	656.690,48	253.676,16	63.419,04	95,128,56

**Considera-se benefícios indiretos vale alimentação, plano de saúde, plano odontológico e auxílio creche.

***Trata-se de ajuda de custo de deslocamento aos Conselheiros que residem fora da região metropolitana de Florianópolis.

Quadro 4 – Remuneração 2020

Remuneração total prevista do Exercício Social corrente – 2020 – valores anuais				
	Diretoria Estatutária	Conselho de Administração	Conselho Fiscal	Comitê Auditoria Estatutário
a. Nº total de membros	3*	8	2	3
b. Nº de membros remunerados	3*	8	2	3
c.i. Remuneração fixa				
Salário ou pró-labore*	609.374,48	253.676,16	63.419,04	95.128,56
Benefícios diretos e indiretos*	47.316,00**	Não há	Não há	Não há
Participação em comitês	Não há	Não há	Não há	Não há
Outros	Não há	Não há	2.400,00***	Não há
Outras remunerações fixas	Não há	Não há	Não há	Não há
Valor da maior remuneração	19.428,14	2.642,46	2.642,46	2.642,46
Valor da menor remuneração	8.018,68	2.642,46	2.642,46	2.642,46
Valor médio da remuneração	13.723,41	2.642,46	2.642,46	2.642,46
c.ii. Remuneração variável				
Bônus	Não há	Não há	Não há	Não há
Participação de resultados	Não há	Não há	Não há	Não há
Participação em reuniões	Não há	Não há	Não há	Não há
Comissões	Não há	Não há	Não há	Não há
Outros	Não há	Não há	Não há	Não há
Outras remunerações variáveis	Não há	Não há	Não há	Não há
c.iii. Benefício Pós-emprego	Não há	Não há	Não há	Não há
c.iv. Cessação do cargo	Não há	Não há	Não há	Não há
c.v. Baseada em ações (incluindo opções)	Não há	Não há	Não há	Não há
d. Observações	Não há	Não há	Não há	Não há
e. Total da Remuneração	656.690,48	253.676,16	63.419,04	95,128,56

*No início do exercício constavam 5 membros na Diretoria Estatutária e 8 membros no Conselho de Administração.

**Considera-se benefícios indiretos vale alimentação, plano de saúde, plano odontológico e auxílio creche.

***Trata-se de ajuda de custo de deslocamento aos Conselheiros que residem fora da região metropolitana de Florianópolis.

Quadro 5 – Remuneração 2019

Remuneração total prevista do Exercício Social corrente – 2019 – valores anuais				
	Diretoria Estatutária	Conselho de Administração	Conselho Fiscal	Comitê Auditoria Estatutário
a. Nº total de membros	5*	7	3	3
b. Nº de membros remunerados	5*	7	3	3
c.i. Remuneração fixa				
Salário ou pró-labore*	1.064.234,69	248.743,56	95.128,56	95.128,56
Benefícios diretos e indiretos*	148.569,48**	Não há	Não há	Não há
Participação em comitês	Não há	Não há	Não há	Não há
Outros	Não há	Não há	2.400,00***	Não há
Descrição de outras remunerações fixas	Não há	Não há	Não há	Não há
Valor da maior remuneração	19.428,14	2.642,46	2.642,46	2.642,46
Valor da menor remuneração	19.428,14	2.642,46	2.642,46	2.642,46
Valor médio da remuneração	19.428,14	2.642,46	2.642,46	2.642,46
c.ii. Remuneração variável				
Bônus	Não há	Não há	Não há	Não há
Participação de resultados	Não há	Não há	Não há	Não há
Participação em reuniões	Não há	Não há	Não há	Não há
Comissões	Não há	Não há	Não há	Não há
Outros	Não há	Não há	Não há	Não há
Outras remunerações variáveis	Não há	Não há	Não há	Não há
c.iii. Benefício Pós-emprego	Não há	Não há	Não há	Não há
c.iv. Cessação do cargo	Não há	Não há	Não há	Não há
c.v. Baseada em ações (incluindo opções)	Não há	Não há	Não há	Não há
d. Observações	Não há	Não há	Não há	Não há
e. Total da Remuneração	1.212.804,17	248.743,56	97.528,56	97.528,56

*No início do exercício constavam 4 membros na Diretoria Estatutária e 8 membros no Conselho de Administração.

**Considera-se benefícios indiretos vale alimentação, plano de saúde, plano odontológico e auxílio creche.

***Trata-se de ajuda de custo de deslocamento aos Conselheiros que residem fora da região metropolitana de Florianópolis.

2.5 FATORES DE RISCO, ESTRUTURA DE CONTROLES INTERNOS E GERENCIAMENTO DE RISCO

2.5.1 Matriz de riscos

A Análise de Riscos Institucional advinda da Estratégia de Longo Prazo: 2021-2025 da SCPAR detêm os macro fatores de risco aplicáveis ao negócio da empresa, bem como sua macroestrutura de controle e gerenciamento desses riscos. Tal análise pode ser observada por meio do quadro abaixo:

Quadro 6– Análise de Riscos

Objetivo	Risco	Análise	Resposta ao Risco
Promover e aprimorar o Programa de Parcerias e Investimentos do Estado de Santa Catarina	Dimensão do estado limita o interesse do mercado por certos projetos	Embora haja um interesse natural por regiões de maior industrialização, como SP e MG, nos últimos anos Santa Catarina vem ocupando lugar de destaque no cenário de investimentos, em função dos índices de alfabetização, qualificação de mão-de-obra e IDH.	Estar presente em eventos como o Brazil Investment Forum para divulgar os projetos de Santa Catarina para grandes investidores, com a produção de materiais de divulgação e pautar a imprensa local e nacional com os projetos do estado que necessitam de investimentos privados.
Promover e aprimorar o Programa de Parcerias e Investimentos do Estado de Santa Catarina	Questionamentos de órgãos de controle (MP e TCE) aos projetos	Os órgãos de controle são stakeholders diretos dos processos de desestatização, pois fiscalizam e tem o poder de impugnar qualquer projeto de PPP, concessão ou privatização.	Construir os processos em atendimento a todas as orientações dos órgãos de controle, como portarias, resoluções e instruções normativas. Além disso, estreitar o relacionamento da SCPAR com o TCE-SC por meio de visitas à entidade para debater os processos de desestatização do estado de Santa Catarina.
Garantir a eficiência da operação portuária	Perda da delegação	A perda de delegação pode decorrer do não cumprimento por parte do Estado dos requisitos exigidos pelo Governo Federal no Convênio de Delegação.	Demonstrar a melhoria na gestão dos portos delegados; demonstrar a contribuição econômica e social dos portos para o Estado de SC, por meio de evidências objetivas. Realizar um controle efetivo das obrigações exigidas nos convênios de delegação.
Garantir a eficiência da operação portuária	Crescimento dos portos privados concorrentes, que possuem melhores tecnologias e maior poder de investimento.	Os portos privados possuem mais liberdade de negociação tarifária; não se submetem aos ditames legais nos processos de arrendamentos; fazem gestão voltada para resultados; e tem capacidade	Modernizar os portos de interesse público; fazer gestão voltada para resultados; estabelecer política comercial, com ampliação dos arrendamentos e atração de novas cargas.

Objetivo	Risco	Análise	Resposta ao Risco
de investimento.			
Promover e aprimorar o Programa de Parcerias e Investimentos do Estado de Santa Catarina'	Desconhecimento da população em relação ao modelo de PPP e concessões	O desconhecimento pode levar a perda de apoio popular para os projetos e aumento de resistências.	Pautar a imprensa com informações positivas sobre as PPPs e comunicar de forma direta à sociedade as ações do governo.

REFERÊNCIAS

_____. **Estratégia de Longo Prazo da SC Participações e Parcerias: 2021-2025.**

Disponível em: <<http://transparencia.scpa.r.sc.gov.br/scpar/gestao/planos-relatorios-e-indicadores/estrategia-de-longo-prazo>>. Acesso em: 10 set. 2021.

_____. **Plano de Negócios Anual 2021.** Disponível em:

<http://transparencia.scpa.r.sc.gov.br/scpar/gestao/planos-relatorios-e-indicadores/plano-de-negocios-anual>>. Acesso em: 10 set. 2021.